

A imprensa sindical e o contexto internacional entre as décadas de 1980 e 2000.

Augusto ZANETTI*

Resumo: Este artigo foi elaborado a partir da documentação do Acervo Oboré, custodiada pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem). Ele busca examinar a importância do contexto internacional para a Imprensa Sindical, no que concerne à defesa e à dilatação dos direitos humanos, sociais e outros, relativos à segurança, saúde no trabalho e meio ambiente.

Abstract: This article was drawn from the documentation of the Obore's collection, enshrined by Centre of Documentation and Memory of UNESP (CEDEM). It tries to examine the importance of the international context for the Union Press, regarding to the defense, expansion of human rights, social, and others, concerning safety, health in the work, and environment.

O acervo Oboré apresenta uma rica documentação da imprensa sindical brasileira de 1970 até o início deste século. Foi organizado parcialmente, por nós, com o auxílio do pessoal técnico do Centro de Memória e Documentação da UNESP (Cedem), mediante bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) de 2008 a 2010. Durante sua organização, num estágio ainda muito preliminar, nos foi possível empreender a análise de sua extensa documentação, com vistas à apreensão da configuração específica do parque produtivo brasileiro. De posse desse conjunto substantivo de informações será possível, em uma fase posterior, realizar o mesmo levantamento de informações em outros países membros do MERCOSUL, ensejando a formulação de propostas objetivando a concretização do processo de integração produtiva da sub-região na qual vige este acordo. Posto que, uma efetiva integração regional depende da existência de cadeias produtivas integradas nos quadros da sustentabilidade, responsabilidade social empresarial e do respeito aos direitos de primeira, segunda e terceira geração dos trabalhadores.

Nesses termos, se num primeiro momento a análise do sistema produtivo brasileiro encontrava-se delimitada à organização do trabalho e às mudanças tecnológicas, no transcurso da leitura da documentação do acervo Oboré despontaram novas e inusitadas temáticas que constituem em ampla medida o mundo do trabalho. Tal constatação não pode ser negligenciada, pois revelou a complexidade da esfera produtiva brasileira. Patenteou-se que o cenário produtivo nacional transcende o rigoroso exame da organização do trabalho, bem como a temática das mudanças tecnológicas, posto que nos colocou diante de uma série de objetos de estudo, que para sermos fiéis à atividade criteriosa da pesquisa não poderiam ser ignorados.

A inclusão desses novos temas, como as relações entre os poderes públicos e privados, equidade de gênero, acidentes e saúde no trabalho, abriu o caminho para o exame atento da documentação respeitando sua dinâmica interna. Em lugar de concentrarmos nossa atenção a duas dimensões específicas, nesse caso em torno da organização do trabalho e das transformações tecnológicas, deixamos que as fontes se “manifestassem livremente” apontando novas rubricas que atravessam de ponta a ponta o mundo do trabalho brasileiro.

Nesse sentido, apesar do imenso repertório temático, foi possível vislumbrar, a partir da perspectiva da imprensa sindical, problemáticas que encontram guarida no horizonte epistêmico do campo de estudos das Relações Internacionais ou estão diretamente ligadas a este. Uma vez que a leitura da documentação revelou o contínuo repontar de referências na imprensa sindical à conjuntura externa, vale dizer a certa configuração do cenário internacional, qual seja sua representação e moldagem, objetivando informar e ao mesmo tempo delinear estratégias consistentes, definir problemas com vistas à tomada de decisões envolvendo o mundo do trabalho.

A menção na imprensa sindical do contexto externo, assim como sua representação e, como este é moldado, visa justificar a ação política, preservando os direitos humanos, bem como tem o propósito explícito de defender e ampliar o horizonte dos direitos trabalhistas; interligando a realidade interna àquela externa, a local à internacional, no transcurso da terceira onda globalizante, no lapso temporal da segunda metade da década de oitenta do século passado até o início deste. Os sindicatos, por conseguinte, empenhados na difusão de uma determinada versão interpretativa da política internacional, manifestam na documentação da imprensa sindical a intenção de informar, influenciar, persuadir e, ao mesmo tempo, assumir um papel relevante nas Relações Internacionais, defendendo os direitos já conquistados e ao mesmo tempo propondo o debate de processos de construção de políticas públicas que têm por alvo sua ampliação.

O contexto internacional e os direitos humanos na imprensa sindical

Para exemplificar a tendência, acima mencionada, no *Jornal da Central Única dos Trabalhadores* (CUT), Rio de Janeiro, setembro-outubro de 1989, em um Boxe na página 8, é publicada uma matéria em torno da solidariedade internacional à América Latina. Em uma nota informa-se que “a CUT enviou ao ministro da Defesa de El Salvador um telex protestando pela detenção, tortura e desaparecimento de uma série de sindicalistas, capturados por policiais vestidos de civis. O texto expressa o repúdio a toda a forma de repressão praticada no país”. Em outra notícia, no mesmo jornal, se denuncia que: “dirigentes populares e sindicais que constavam de uma lista negra foram mortos em Honduras, pelas forças de segurança, depois de serem capturados em suas casas”. Denuncia-se a execução de dirigentes estudantis e o presidente do sindicato dos trabalhadores reiterando que “a CUT condena tais assassinatos em mensagem dirigida ao presidente de Honduras e ao chefe das Forças Armadas”. Por sua vez, na Colômbia: “o vice-presidente Gustavo Osório e o secretário-geral da CUT colombiana foram presos enquanto velavam o corpo de

Henry Cueva Veja, membro da Junta Diretiva da Central, assassinado por grupos paramilitares. Dias antes já haviam sido assassinados a juíza Maria Helena Diaz Perez, Manuel Zapata e Omar Leon Torres, todos caídos na luta pelo direito à vida e contra a impunidade que cerca os assassinatos”. A CUT, em mensagem ao presidente Virgilio Barco, questiona: “até quando o mundo cobrará do governo de Barco a garantia de direitos elementares, como a livre existência do movimento sindical e a vida dos seus dirigentes”. Respalhando o Paro Nacional, convocado pela CUT colombiana, a central sindical brasileira condena a ofensiva reacionária contra o movimento sindical e “exige o fim da guerra suja que envergonha a consciência mundial”. No Panamá, por sua vez, a Central Nacional de Trabalhadores do Panamá – CNTP anuncia que “realizará seu novo Congresso de 24 a 26 de agosto”. Impossibilitada de comparecer, a CUT enviou mensagem de saudação desejando “pleno êxito no trabalho”.

A atuação do movimento sindical brasileiro em âmbito internacional, apesar das restrições impostas pelo regime de exceção vigente no Brasil, ganha projeção na imprensa sindical nos anos anteriores à redemocratização do país. No jornal da CUT *Suplemento Informativo*, ano 1, nº. 1, de dezembro de 1983, na página 3 é mencionada a solidariedade internacional à Nicarágua. Noticia-se a escolha de “um companheiro para integrar a delegação de alto nível” que irá à Nicarágua de 21 a 27 de novembro levar apoio do povo brasileiro, “desde que se consigam condições materiais para a viagem”. O periódico da CUT refere-se, também, a um “documento da categoria a nível nacional no sentido de uma mobilização para coletar remédios em resposta ao apelo do povo da Nicarágua para que ela integre a delegação de alto nível”. Ele divulga também participação “da Conferência Europeia em defesa da América Central e do Caribe, a realizar-se em Paris em 16 e 17 de dezembro (incluindo esta atividade no roteiro de pelo menos um dos companheiros que vão ao exterior)”. O texto propõe que sejam estimuladas: “em todos Estados campanhas de arrecadação de remédios e brinquedos para a Nicarágua e o engajamento de outras entidades para a realização de atividades conjuntas de solidariedade internacional”. Tais notícias indicam que o movimento sindical, representado pela CUT, almejava, na década de 1980, emular os limites da atuação local e nacional ensejando alcançar uma abrangência internacional. Esta intenção decorria de uma campanha de denúncias contra a supressão dos direitos trabalhistas, perseguições e assassinatos de líderes sindicais com vistas ao restabelecimento dos direitos de primeira geração, os denominados direitos humanos universais, no Brasil e na América Latina. O órgão de imprensa da CUT pretendia, através dessa iniciativa, indicar aos seus leitores que o raio de atuação política visando a defesa dos direitos humanos, sociais e trabalhistas transcendia o cenário local ou nacional, exigindo que fosse pensado na esfera internacional.

Nesse sentido, no âmbito dos futuros membros do MERCOSUL, é mencionado no jornal *Suplemento Informativo* da Central Única dos Trabalhadores, ano 1, nº. 2, janeiro de 1984, página 2, o relatório da viagem ao Paraguai. É descrita: “a situação de marginalização em que vive o trabalhador do país vizinho”. A CUT afirma que “quis conhecer esta situação de perto com o objetivo de prestar solidariedade aos estudantes pertencentes ao movimento pelo reagrupamento universitário (MRU) presos por suposta transgressão da Lei 209 e que se encontram em greve de fome”.

O texto esclarece que “os representantes que foram enviados ao Paraguai sentiram o povo desse país intimidado e oprimido pela ditadura, porém com grande potencial de combatividade. Os representantes da central sindical brasileira, ao visitar os jovens encarcerados verificaram que estes estavam debilitados fisicamente, porém com grande disposição para continuar lutando pela justa causa da organização das categorias e integração de todos os segmentos sociais no combate á ditadura”.

A matéria enfatiza o empenho com a solidariedade no contexto internacional. Pois registra que “na reunião com os companheiros sindicalistas todos foram unânimes em ressaltar a importância do mútuo entendimento entre os países da América Latina, com a autonomia e independência do movimento sindical e a liberdade de expressão e de organização de todas as categorias profissionais”. É proposto, ainda, “um movimento de base para a unidade e organização de todos os trabalhadores”.

O relatório, por fim, conclui que “os companheiros paraguaios estão isolados tentando iniciar a organização sindical, estudantil e popular, necessitando muito do apoio brasileiro de mais contatos e maior integração com os países latino-americanos”. Portanto, enquanto, Central Única dos Trabalhadores brasileiros, a CUT se solidariza e assume a disposição de continuar os entendimentos “para que os companheiros paraguaios possam se organizar com os demais e consigam criar a sua Central Única”.

No mesmo jornal e página aparece uma notícia sobre o Uruguai, outro membro do atual processo de integração regional, denominado MERCOSUL. A notícia do *Suplemento Informativo* da CUT descreve um movimento “paredista no país vizinho e ações de cooperação e apoio em defesa da democracia e dos direitos sindicais”. É relatado que “os trabalhadores uruguaios realizaram uma greve geral de 24 horas, dirigida pelo Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT). A ditadura reagiu decretando medidas repressivas prendendo dirigentes do PIT e impedindo seu funcionamento”. Propõe-se, então, que: “deve-se enviar esforços para lutar pela libertação desses companheiros e pelo direito de organização e expressão”.

O tema do imperialismo na ótica da imprensa sindical

O exame da dinâmica internacional, com ênfase na situação da América Latina é registrado no *Jornal da CUT*, Rio de Janeiro, em janeiro/ fevereiro de 1990, página 4. O título da matéria é “Bush, tire as patas da América Latina”. Sublinha-se que se trata da política de intervenção na “casa da gente”. Lembra-se, ainda, que “desestabilização, desinformação, boicotes, pressões, sempre fizeram parte da estratégia de dominação dos Estados Unidos na América Latina”. E que “a invasão do Panamá ocorreu dentro desse conceito”. Para conhecer um pouco a história do Panamá, diz o artigo, devemos “voltar para o século XIX, quando Simón Bolívar sonhou com a integração latino-americana, ou seja, uma grande confederação em que houvesse a unidade de todos os países. Este pedaço de terra, que hoje é o Panamá, fazia parte do território colombiano. Bolívar considerava esta parte do

território da Colômbia o local ideal para o centro desta confederação, por estar localizado estrategicamente entre a América do Sul e a América do Norte. Entretanto, os Estados Unidos, usando toda a sorte de artifícios, conseguiram tornar 'independente' esta parte do território, que se transformou então em Estado autônomo que passou a se chamar Panamá”.

O objetivo da criação deste Estado autônomo, sublinha a matéria do periódico da CUT, foi “a construção do Canal do Panamá, com finalidade de facilitar a vida do grande comércio europeu e americano. A abertura do Canal permitiu a travessia de navios de grande calado do Oceano Atlântico para o Pacífico. Isto barateava os produtos e, a partir de então, os Estados Unidos passaram a ser os donos de Canal e da via de acesso de navios do Pacífico para o Atlântico”.

Decorre deste fato que “o Panamá passou a ser um país totalmente dominado pelos Estados Unidos e dono de uma economia fraca, pois além do Canal, existe apenas o setor de serviços e quase nada”. Em 1978, assume o governo do país Omar Torrijos e com ele o povo panamenho passa a ter um sentimento que até então não conhecia: autonomia e soberania. Torrijos realiza uma série de mudanças visando a melhorar a vida do povo panamenho, cria forças de defesa e viajando pelo mundo inteiro consegue apoio para assinar com o presidente Jimmy Carter o acordo Torrijos-Carter. Por este acordo a presença dos Estados Unidos deve ir diminuindo gradativamente a partir de 1990 estabelecendo a retirada total dos norte-americanos a partir do dia 31/12/1999. “Com isto, o controle do Canal do Panamá passaria para o governo panamenho e os rendimentos deste para o povo panamenho”.

Retirar-se totalmente do Panamá, no entanto, adverte o texto, “significa que os EUA deverão sair também da América Latina”, posto que o Comando Sul, que é a maior base militar americana fora dos Estados Unidos está sediado no Panamá. E ele é um dos seis comandos que os Estados Unidos têm no mundo.

O Comando Sul hoje, assevera o texto, é muito mais importante que o Canal do Panamá, uma vez que ele é “o elo entre a América do Norte e a América do Sul, formando um território que permite o controle de toda essa região”.

“Os Estados Unidos possuem permanentemente no Panamá uma força de 12 a 14 mil militares. Têm uma base de aviação na qual entram e saem aviões americanos, sem nenhum controle do governo deste país. Ela é, em verdade, uma espécie de território americano dentro do Estado do Panamá, com absoluto controle dos Estados Unidos.”

Por outro lado, os militares americanos, que pelo acordo Torrijos-Carter estão proibidos de andarem armados, desrespeitam esta determinação e, muitas vezes, intimidam a população, como relata, ao *Jornal da CUT*, a presidente brasileira do Tribunal Anti-Imperialista da Nossa América e vice internacional, Zuleide Mello, que esteve recentemente no Panamá.

O Canal do Panamá tem características surpreendentes, como aponta o texto, “em função de todos os trabalhadores, em todos os níveis, serem regidos por leis americanas”. O país, portanto, onde foi construído, é uma continuação dos Estados

Unidos na América Central. Isto explica por que os EUA põem e tiram governos, quando bem entendem, assim como a adoção do dólar como moeda principal.

Retomando a saga de Torrijos, e lembrando que este “criou os batalhões de defesa e os preparou dentro de uma concepção autonomista do país, mas acabou morrendo num acidente de avião até hoje sem explicações. O povo panamenho que endeusa Torrijos e tem certeza de que ele foi assassinado iniciou um movimento de libertação encampado pelo presidente Noriega”.

Durante a presidência de Manuel Noriega, “o Panamá viveu os momentos mais difíceis porque este tentou resistir às investidas dos EUA, que alegavam ao combatê-lo estar defendendo a democracia. Uma das primeiras atitudes tomadas pelo governo norte americano, contra Noriega, foi bloquear todas as contas do Panamá em bancos do país; em seguida foram tomadas uma série de medidas que geraram uma crise econômica no Panamá, com o objetivo de jogar a população contra o governo e contra a defesa de sua soberania”.

O texto termina afirmando que “os Estados Unidos invadiram o Panamá desrespeitando todas as leis internacionais que impõem o respeito à soberania e o acordo Torrijos-Carter”. Em primeiro lugar porque “os norte-americanos não podem admitir a socialização de mais nenhum país da América Latina, mas não só por isso, também por conta do controle estratégico da região; receptação de notícias e a passagem de um oceano ao outro”. A outra questão é econômica. “Os Estados Unidos perderam há algum tempo o lugar de primeira potência econômica do mundo, esse lugar hoje pertence ao Japão e aos países do sudeste asiático, os chamados tigres asiáticos. Tudo indica que a formação de uma federação de Estados da Europa Central vai se desenvolver para conquistar o mercado dos países do leste europeu. Isto colocará os Estados Unidos no 3º lugar entre as grandes potências. Os norte-americanos têm a maior dívida externa e a maior interna do mundo. Sua situação econômica não é boa, um dos motivos que explica esta situação é o aumento excessivo de gastos com a corrida armamentista”.

A saída para esta situação, segundo o texto, “seria o controle absoluto estadunidense do continente latino-americano e a retirada das riquezas dos países que estão aí situados. O Brasil, por exemplo, é um grande exportador de capitais. Nos últimos cinco anos foram pagos 78 bilhões de dólares só de juros da dívida externa”.

A matéria, então, menciona o documento *Santa Fé II*, que traça a estratégia de dominação norte-americana nos próximos 20 anos. Este documento assinala que os EUA e o sistema interamericano se deparam com tremendos problemas na América Latina. Ele afirma que: “A crise da América Central permanece sem solução e graves acontecimentos na América do Sul estão sendo ignorados, para nosso risco, além das dívidas, o terrorismo, a droga, a alta migração populacional, a insurgência comunista e a corrupção”. O governo estadunidense concebe o documento *Santa Fé II*, segundo o periódico da CUT, como “uma estratégia para o ataque a todos esses problemas e para a promoção da democracia, liberdade e oportunidade econômica através da região numa tomada de posição, ao invés de uma mera postura de resposta a eles”.

Segundo o Jornal da CUT, nessa mesma ordem de raciocínio “se um governo de esquerda assumir o poder em 1990, os problemas econômicos do Brasil na próxima década devem aumentar em proporção geométrica. Antes que isto ocorra, entretanto, é provável, que a frágil democracia do Brasil seja abalada por outro período de regime militar”.

Nesses termos, o texto explicita a percepção de que o sistema internacional afeta o comportamento externo dos diferentes Estados. No caso da América Latina, por exemplo, as diferentes análises vêm demonstrando a sensibilidade e a vulnerabilidade da região às variáveis externas. Ainda que aparentemente contraditório para alguns analistas, o que se observa é a tentativa de reafirmação da hegemonia dos Estados Unidos. Isto é, procurou-se manter a América Latina dentro de sua área de influência, mesmo que isso não refletisse o estabelecimento de um processo cooperativo mais denso e voltado ao atendimento dos interesses regionais. Com o fim da guerra fria difundiu-se a esperança que “os valores universais do liberalismo, entrelaçando democracia e mercado, tendiam à inexorável universalização”. E na América Latina renovaram-se as esperanças de que os Estados Unidos, de acordo com os princípios liberais, modificariam sua forma de relacionamento com a região, apoiando os esforços para um processo de desenvolvimento econômico e social. No entanto, não é nada disso que ocorreu, no campo da alternância do poder político nas décadas de 80 e 90 do século passado que expressasse apoio a governos progressistas comprometidos com erradicação da fome, miséria e do atraso (OLIVEIRA de, H. A., 2005, p. 8)

O *Jornal da CUT*, nessa mesma ordem de raciocínio, faz alusões sobre o papel dos EUA nas eleições do México, Peru e Brasil. A matéria sustenta que “a esquerda poderia ter vencido no México, no entanto, não ganhou. O Peru tem tentado de todas as formas enfrentar o imperialismo norte-americano inclusive a dívida externa. Porém lá está tudo montado para que o direitista Mário Vargas Llosa vença as eleições”. No Brasil, o consenso de Washington e o paradigma neoliberal ganha sustentabilidade com a eleição de Collor de Melo. Por conseguinte, o periódico sindicalista finaliza dizendo que: “se depender de Bush a invasão do Panamá é apenas a primeira de uma série na América Latina”.

Nesse texto aparecem muitos aspectos essenciais que participaram e, ainda, participam da representação da realidade internacional no âmbito da América Latina. Em primeiro lugar, desponta o imperialismo norte-americano, o denominado intervencionismo, para salvaguardar os interesses econômicos que se chocam com as demandas latino-americanas por autonomia e defesa dos interesses nacionais, frequentemente implementados por lideranças autoritárias de perfil populista ou, para dizer o mínimo, de caráter dúbio, como é o caso do presidente Noriega do Panamá. Por outro lado, o vaticínio da decadência norte-americana, em função desse mesmo intervencionismo e da exclusão de determinados mercados, bem como da perda do primeiro lugar na classificação das potências econômicas, por obra de algum país emergente ou coalizões de nações asiáticas ou europeias. É interessante notar, sem entrar no mérito do acerto da análise, que o movimento sindical debruçava-se sobre o cenário internacional latino-americano antes mesmo do advento do MERCOSUL, da UNASUL ou ainda da Associação da Comunidade das Nações Latino-

Americanas e do Caribe apoiando a autonomia e o repúdio à interferência norte-americana no continente.

A imprensa sindical diante da difusão internacional dos ideais neoliberais

O contexto internacional não é somente invocado na documentação em análises abrangentes nas quais são resgatados os elementos gerais da memória histórica, ou ainda o repertório conceitual das ciências sociais e a experiência prática da militância política, mas em momentos específicos, a exemplo do final do século passado e início deste, quando predominou o chamado consenso de Washington e seu corolário: o paradigma neoliberal.

Assim, no *Informativo Sindiágua*, sindicato filiado à CUT FNU nº. 3/ especial, 13 fevereiro 1998, na página 2, em texto intitulado “Campanha contra a privatização da água”, é relatada a experiência argentina, na cidade de Tucumã, a respeito da privatização da água. O artigo afirma que “acabou a privatização da água em Tucumã”. A Argentina foi um dos primeiros países a lançar mão da privatização da água no mundo. Lá, por exemplo, foi “exterminado” o campo de trabalho para engenheiros que atuam na área de saneamento. Hoje em dia, só os franceses trabalham nesse setor. Não por coincidência “foi uma empresa francesa que ganhou o direito de explorar os serviços de saneamento na Província de Tucumã”.

Pois bem, depois de pouco mais de dois anos, acabou a privatização da água de Tucumã. Em setembro de 1997, o governador da província denunciou o contrato privado que estabeleceu a privatização, e denunciou também a concessionária Água de Aconquija (consórcio formado pela francesa Générale de Eau e a empresa hispano-argentina Dycasa) à Justiça argentina.

O artigo denuncia que foram constatadas mais de 200 irregularidades na prestação de serviços. Desde a definição política de privatizar o saneamento em Tucumã, o preço do metro cúbico de água subiu 100%. A manutenção de uma instituição reguladora do serviço também foi custeada pela tarifa; assim sendo, a população de Tucumã pagou para que a empresa privada tivesse lucro.

Em função disso, desde 1996, a maior parte dos 190 mil usuários já se negava a pagar as contas de água. A indignação tomou conta da população, que iniciou um movimento de desobediência fiscal. O problema virou uma séria questão internacional, com ações jurídicas e trocas de acusações entre a Argentina, a França e a Espanha.

A privatização de água em Tucumã causou desemprego, aumento da tarifa e queda da qualidade de serviço. Além disso, houve denúncias de corrupção — o quarto fator, reitera a revista—, “que acompanha as privatizações”. Nesse contexto, em abril de 1997, enquanto o governador de Tucumã negociava com o Legislativo provincial um projeto baseado no acordo com a concessionária, “nomeou o assessor da Águas de Aconquija como seu ministro de governo”.

Esta mesma confrontação com a realidade internacional, nos quadros do neoliberalismo, aparece também no debate sobre o processo de terceirização. No *Órgão do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Ribeirão Preto*, ano III, nº 8, julho 1994, página 5, uma matéria, assinada por Sebastião Lemes Borges, procurador-geral do Trabalho e assessor jurídico do sindicato, é examinada tal temática. Comenta-se “que a terceirização seria um retorno ao liberalismo econômico e jurídico que tantas vítimas causou no seio dos trabalhadores no século passado”.

No aspecto coletivo, argumenta o artigo, “vê-se a pulverização da representação sindical, senão sua morte, já que, tomando, por exemplo, nosso sindicato que desaparecerá ou se enfraquecerá com a terceirização, não poderemos, com base na atividade predominante do hospital, representar as categorias ligadas às atividades de faxina, cozinha, lavanderia, transporte, manutenção, que são satélites dessa atividade, nem aquelas essenciais a esse empreendimento, tais como as relacionadas à enfermagem e às funções médicas”.

Por outro lado, segundo o artigo 511 da CLT, explicita Borges: “uma categoria profissional só existe desde que haja identidade, similitude ou conexão de condição de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, situações inexistentes no cotejo entre diversas tarefas levadas a efeito dentro de um hospital”.

Borges diagnostica que a terceirização representa “o esfacelamento do sindicato”. Esse fenômeno é o prenúncio da “orfandade do trabalhador da saúde, uma vez que as atividades acessórias serão exploradas por empresas na maioria das vezes inidôneas e, não raro, meros apêndices de empresas hospitalares”.

“Mesmo que se admita”, continua o texto, “o surgimento de dezenas de sindicatos representativos dos setores das microcategorias, que força teríamos para ‘arrancar a fórceps’ melhores condições de trabalho dos empreendimentos, já que estaríamos divididos sob todos os aspectos. Somente para argumentar, e se isso fosse possível, ou veríamos o choque de dezenas de normas coletivas, fruto de acordo entre as múltiplas representações profissionais, gerando uma insuportável insatisfação entre trabalhadores de um mesmo hospital, ou, ainda, haveria a confrontação com as diferentes categorias de trabalhadores, no âmbito de uma coletividade sem qualquer norma coletiva e organização sindical”.

Nessa altura emerge o contraste com a realidade internacional sob o ponto de vista das relações de trabalho. Borges salienta que: “defensores da terceirização, levemente, trazem exemplos de nações desenvolvidas, onde o fenômeno deu certo. Cita-se muito o Japão. Nada mais grotesco comparar países do Primeiro Mundo com o nosso pobre Brasil. Lá, diferentemente daqui, há uma efetiva e justa distribuição de rendas, eficiente seguro desemprego, sistema previdenciário invejável, o pleno emprego, um empresariado consciente e afinado com a questão social, fortes sindicatos, autênticas lideranças sindicais. Nesse quadro, evidente que a terceirização é viável. Não aqui, onde 32 (trinta e dois) milhões de pessoas literalmente passam fome”.

Vejam vocês, salienta Sebastião Lemes Borges “o que representa para os trabalhadores o sindicato forte, coeso e solidário! Por incrível que pareça, temos um exemplo de terceirização no país que deu certo!”. “O setor metalúrgico”, lembra o autor; “no segmento automobilístico, onde em torno da montadora gravitam centenas de empresas de autopeças. Sabem por quê?”, pergunta Borges. “É porque nesse setor não houve pulverização da representação em centenas de sindicatos, visto que o Sindicato dos Metalúrgicos abrange todo aquele universo em razão da identidade, similitude e conexão.”

Saúde no trabalho e o contexto internacional

O contexto internacional ganha destaque, por outro lado, quando o assunto é a saúde no trabalho. Na Revista *Segurança & Trabalho*, ano 6, nº 70, março 2002, página 15, é noticiado que: “no final de fevereiro de 2002, a Suprema Corte francesa considerou que as empresas que manufaturam e processam o amianto nos últimos 50 anos são responsáveis pelas doenças ocupacionais adquiridas pelos trabalhadores, e reconheceu as causas das vítimas do amianto e suas merecidas indenizações. A Suprema Corte francesa considerou falta indesculpável a atitude dos empregadores, pois estes sabiam ou deveriam saber dos riscos a que seus funcionários estavam expostos, e deveriam ter tomado medidas cabíveis para protegê-los”. Esta decisão da Justiça francesa, reitera a matéria da Revista *Segurança & Trabalho*, “enche de esperança as vítimas brasileiras que padecem dos males do amianto. A Saint-Gobain francesa, que controla a Brasilit e a Eternit no Brasil, está entre as empresas condenadas por culpa indesculpável na França que consiste em pagar de 5, 10 ou 15 mil reais a título de indenização”. Cremos, continua o texto, “que esta decisão irá influenciar a Justiça em todo o mundo e, quem sabe, em nosso país, embora continuemos firmes em nosso propósito de levar o caso das vítimas brasileiras aos tribunais europeus, onde teremos mais sucesso e celeridade para nossos casos e, talvez, até maior sensibilidade dos juízes; comemora a presidente da Rede de Banimento do Amianto, a engenheira Fernanda Giannasi”.

Na mesma revista, nas páginas 6 e 7, em entrevista a Maria José O’Neil, Márcia Morais, médica especialista na doença de Ler/Dort, reconhece que esta última “é um mal que afeta todos os países. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta três doenças em curva ascendente no mundo: Ler/ Dort, câncer e doenças mentais”.

Morais informa que: “o Ministério da Saúde faz diversos convênios com entidades sem fins lucrativos. Ele procura, na sociedade civil, parceiros, porque sozinho não conseguiria implantar diferentes ações de saúde: na medida em que não existem profissionais bem informados para lidar com a doença”.

No entanto, “a relação capital/trabalho é muito delicada”, sublinha Morais, pois “coloca de um lado uma pessoa que ao mesmo tempo representa a área de saúde, mas também o empresário. E a maioria dos profissionais teme perder seu emprego”.

Para Márcia Morais, “não há um programa de prevenção, os empresários ainda não entendem que se eles adotarem um programa de prevenção, com certeza os seus

colaboradores vão se sentir mais protegidos e verão que a empresa está preocupada com sua qualidade de vida”.

Além das diferenças de gênero, pois a mulheres são mais vulneráveis aos riscos do Ler/Dort, por causa de conjunturas econômicas e sociais, há também fatores remetidos ao cenário internacional no qual desponta a natureza específica de cada país. “No mundo todo”, revela Moraes, “as mulheres ganham menos que os homens; por exemplo, na Tanzânia, os homens ganham 96% a mais que as mulheres, enquanto no Japão eles ganham 50%. E as mulheres executam as tarefas mais “pobres”, isto é, os trabalhos repetitivos e invariáveis”, por isso mesmo são mais vulneráveis à doença do Ler/Dort.

Na revista *Segurança & Trabalho*, ano 6, nº 70, março de 2002, na página 12, a Dra. Márcia Bandini, Médica do Trabalho do Núcleo de Saúde Integrada, ao definir o programa de promoção da saúde no ambiente de trabalho, propõe a comparação entre a situação brasileira com aquela internacional. Diz a Dra. Bandini que: “[...] a promoção de saúde no ambiente de trabalho é um tema que vem se popularizando em todo o mundo. Nos anos 80, menos de 5% das empresas com mais de 50 empregados investiam nesta área nos EUA. Dez anos depois esta taxa aumentou para mais de 80%. No Brasil ainda não há números exatos, mas é crescente a preocupação com este tema”.

A Dra. Bandini comenta que várias publicações enumeram as vantagens de promover saúde no trabalho objetivando a “redução de gastos com despesas médico-hospitalares, aumento da percepção de capacidade do empregado, ganho de imagem interna e externa, melhoria nas relações interpessoais, aumento da produtividade, etc.” No entanto, ela adverte, “o conceito de promoção de saúde e as estratégias para sua implantação ainda são pouco discutidas”.

Nesse sentido, é mencionada a I Conferência Internacional de Promoção de Saúde (Canadá, 1986), que define a promoção de saúde como “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida, incluindo uma maior participação no controle desse processo”. Em função desses preceitos, a Dra. Bandini define a prevenção “como ciência e a arte de ajudar pessoas a mudar seu estilo de vida a fim de atingir um estado ótimo de saúde”. Com este objetivo, ela recomenda: “os programas de promoção de saúde no trabalho precisam combinar ações em três níveis: informação, intervenção e política de apoio”. Concluindo que é “o entrosamento entre estes níveis que determina o sucesso dos programas”.

Outras medidas que podem ser incluídas, sustenta a autora, “incluem a flexibilização de horários, descontos no seguro-saúde, proibição do fumo no trabalho, oferta de alimentação saudável, incentivos à prática esportiva etc.”. Lembrando que tudo isso depende de fato do envolvimento do trabalhador na prevenção e na conquista da saúde, “pois é preciso que este no processo produtivo assuma uma posição de corresponsabilidade”.

Para terminar, a Dra. Bandini ressalta a importância de se investir na promoção da prevenção de acidentes e na saúde do trabalhador no local de trabalho.

Uma vez que se calcula que um indivíduo com vários fatores de risco para a saúde represente um gasto de US\$ 1.020 ao ano, ao passo que um indivíduo de baixo risco representa US\$ 618 ao ano. Portanto, apoiar a promoção de saúde financiando projetos de melhoria da qualidade de vida do trabalhador na esfera produtiva é um bom negócio, e pode tornar-se melhor ainda quando a estruturação dos programas otimiza estes investimentos, propondo a sua criteriosa implementação.

O exemplo internacional para esclarecimento político do trabalhador

Até mesmo quando o assunto é informar, exercendo as funções educativas de esclarecimento político junto aos trabalhadores, irrompem na imprensa operária referências à realidade internacional. No Boletim *A Construção*, veículo de informação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Pedro Leopoldo e Matozinho, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ano VII, nº. 112, fevereiro/1993, página 1, promove-se uma campanha de esclarecimento sobre o plebiscito de abril de 1993. Com o título de “Plebiscito — que negócio é esse?” procura-se, de forma didática, apresentar as diferenças centrais entre forma (monarquia e república) e sistema de governo (presidencialismo e parlamentarismo), como delinear as características básicas de cada um.

Assim sendo, é anunciado que, “no dia 21 de abril, todos nós vamos participar de uma votação chamada de plebiscito onde cada um vai escolher a forma (república ou monarquia) e o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) para o Brasil. Qual a diferença? República é a forma de governo vigente no Brasil, através da qual o poder é exercido durante um tempo por governantes eleitos. Já na monarquia, o rei reina, sendo substituído, por motivos de doença ou morte pelos herdeiros. Na forma monárquica de governo, comporta o convívio com um sistema presidencialista ou parlamentarista. No presidencialismo quem manda é o presidente. No parlamentarismo é o primeiro-ministro quem governa. E se a monarquia vencer”, indaga a matéria do boletim sindical da CUT, “quem vai ser rei do Brasil? Isso não está definido. A família real brasileira tem dois ramos, o de Vassouras (RJ) e o de Petrópolis (RJ). Ambos reivindicam a coroa”.

O artigo do boletim, então, para melhor explicar os aspectos centrais dos sistemas de governo, os situa na realidade internacional, elencando os países que os adotaram. Ele, portanto, explica que na “República presidencialista o povo elege o presidente para exercer um mandato durante um determinado tempo. É o caso do Brasil, onde o presidente fica cinco anos, nomeia e destitui seus ministros. Os Estados Unidos e mais 64 países adotam esse sistema”. Enquanto “na República parlamentarista, o primeiro-ministro eleito pelo Congresso Nacional escolhe os demais ministros e governa. Ele pode ser substituído sem que o presidente tenha que sair também. O presidente será eleito pelo povo para um mandato de seis anos com direito à reeleição. França, Itália e Alemanha são algumas das 61 repúblicas parlamentares do mundo”.

Apesar da omissão da natureza específica dos sistemas de governo adotados por cada um desses países, que talvez fugisse do objetivo central do artigo, há por

parte dele a intenção de fornecer a seus leitores os esclarecimentos essenciais para que os trabalhadores do setor da construção e mobiliário de Pedro Leopoldo e Matozinho pudessem participar do plebiscito, sem nenhuma interferência ou prévia orientação político-ideológica. Nesse esforço de esclarecimento aparece a dimensão internacional invocada apenas como exemplo, sem que este decline sua preferência por um determinado sistema ou forma de governo.

A realidade internacional e as denúncias aos direitos sociais, segurança, saúde no trabalho e meio ambiente

No item denúncias sobressai a notícia aviltante sobre a persistência, no final do século XX, do trabalho escravo no Brasil. No jornal *Construção*, ano IX, nº 115, abril/1993, página 1, é publicada uma matéria sobre tal temática, remetida a um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma instituição, como o próprio nome revela, criada desde o final da Primeira Guerra Mundial (1919), em conjunto com a Sociedade das Nações (SDN), para fiscalizar o cumprimento de normas trabalhistas em âmbito mundial. Esta tarefa fiscalizadora demanda a elaboração de relatórios que permitem o estreitamento das relações trabalhistas com o contexto externo, mediante a análise das condições de trabalho nos espaços nacionais singulares.

Sob este aspecto, *Construção* publica que “segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é um dos nove países do mundo ainda com trabalho ‘escravo’. Mais de oito mil trabalhadores são obrigados a trabalhar em grandes propriedades de terra principalmente no estado do Pará. Quem tenta fugir é forçado por pistoleiros a voltar, onde são espancados, chicoteados ou submetidos a abusos sexuais. Só em 1991 foram registradas 53 mortes de trabalhadores escravos”.

Outra denúncia recorrente é sobre a situação dos acidentes de trabalho na construção civil. Na imprensa sindical abundam os relatos sobre a recorrência desse fato que mata e mutila um número muito grande de trabalhadores, principalmente aqueles que trabalham em setores de risco, sem treinamento e equipamento apropriado, obrigados a dilatar sua jornada de trabalho, utilizando maquinário antiquado que compromete a *segurança* do operário.

O *Candango*, boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Montagem Industrial e Mobiliário de Limeira, ano 1, outubro de 1993, nº 5, página 4, relata o flagelo dos acidentes de trabalho no Brasil fazendo uma comparação com a realidade externa, representada pela situação norte-americana. O texto denuncia que a “Construção Civil é um dos setores que apresenta maior risco. A gravidade e a violência dos nossos acidentes de trabalho são impressionantes: matam um trabalhador a cada 143 ocorrências e deixam um incapacitado a cada 29 casos. O jornal *Notícias Populares* da capital paulistana, especializado em relatar crimes e tragédias, dedica amplo espaço para relatar acidentes de trabalho. As manchetes e fotografias sobre o tema são dignas de inspirar mentes mais criativas do cinema de horror”. “Considerando”, diz o artigo, “os números de invalidez proveniente das doenças profissionais (moléstias adquiridas

pelos trabalhadores devido a atividades provenientes do próprio trabalho) que aumentam a cada ano adicionado à soma dos acidentes de trabalho, descobriremos que há uma morte ou incapacidade para o trabalho a cada 17 casos de acidentes ou enfermidades. Esta estatística infelizmente também é irreal. Os números são muito mais altos que os oficiais, pois o INSS, usando as normas burocráticas e perversas, na verdade, omite a incapacidade para o trabalho, proveniente das doenças profissionais, considerando muitas moléstias, mesmo adquiridas devido à atividade do trabalho, como enfermidades comuns”.

É relatado então o caso de Benedito Mouzinho Pontes, ceramista de Osasco. Ele “contraiu silicose, uma doença incurável que já atingiu milhares de trabalhadores, sendo comum em ceramistas, mineradores e trabalhadores nas indústrias de vidro e fundições, que é causada pelo pó do mineral silício, que causa o endurecimento dos pulmões, redução da capacidade respiratória e até a morte”.

O texto comenta que “até poucos anos o mal era desconhecido, e os trabalhadores que apresentavam os sintomas da doença eram tratados como tuberculosos. Benedito lutou durante sete anos para obter sua aposentadoria por invalidez, chegou até a mover uma ação judicial contra o INSS, mas morreu, devido à silicose, antes mesmo da decisão da Justiça. Seria, por conseguinte, impossível”, questiona o artigo, “saber quantos trabalhadores a silicose já matou, mas estima-se um grande número de pessoas”.

Para terminar, *O Candango* invoca a realidade internacional para dar consistência aos riscos à saúde no ambiente de trabalho e compará-la com a brasileira. Ele denuncia que “nos Estados Unidos 38% dos cânceres são diagnosticados como adquiridos nos locais de trabalho. No Brasil não existem dados sobre casos de câncer provenientes da atividade profissional. Para cada 10.000 trabalhadores americanos existem 30 casos de doenças profissionais. O INSS não computa as doenças que vitimam os trabalhadores rurais. Portanto, não há dados sobre quantos trabalhadores do campo, por exemplo, são intoxicados, por exemplo, pelo manuseio de venenos e agrotóxicos”.

Na *Revista do Movimento Sindical Mundial*, nº. 12, de dezembro de 1989, páginas 11 e 12, é publicada uma matéria sobre o 120º Congresso dos Sindicatos Britânicos (TUC), de 1989. O texto antecipa a atual preocupação com a devastação da biosfera e explicita o vínculo existente entre o local de trabalho, a saúde do trabalhador e a preservação do meio ambiente, bem como entre o nacional e o global. Nesse sentido, menciona que “pela primeira vez na história dos congressos sindicais anuais, os problemas ligados à preservação do meio ambiente no conjunto do mundo estiveram no centro das preocupações dos delegados”.

Reconhece-se que “isso não quer dizer que o TUC nunca se interessou pelo problema do meio ambiente no passado. Mas esse 120º Congresso deu prova de uma atitude nova ao examinar os problemas ecológicos em sua globalidade e interdependência. O debate culminou com a adoção de uma *Carta sobre o meio ambiente* que o TUC caracterizou de ‘primeiro passo para enfrentar os desafios presentes’”.

O artigo esclarece que “o programa de ação estabelecido pelo TUC incluiu 34 recomendações agrupadas em 14 capítulos. Ele apela para uma planificação da proteção do meio ambiente ao nível central e local, à adoção de normas muito mais estritas para os padrões a fim de garantir o sucesso de políticas de proteção do meio ambiente”.

A respeito do ambiente no local de trabalho, que pode tanto ser poluidor quanto poluído, frisa-se que “a Carta exige que todos os empresários sejam obrigados a apresentar um relatório anual sobre as condições de saúde e de higiene nas suas empresas e sobre as prioridades que fixarem para o futuro”. Ela também exige que “os delegados sindicais encarregados das questões da higiene e da saúde possam efetuar o seu trabalho nas melhores condições e que sejam desenvolvidas as possibilidades de informação e de sensibilização dos trabalhadores aos problemas do meio ambiente durante as horas de trabalho”.

No que tange à difusão desses ditames no contexto internacional, o texto publicado na *Revista do Movimento Sindical Mundial* informa que “os sindicatos britânicos farão campanha para que a Comunidade Económica Europeia aumente o apoio aos países em vias de desenvolvimento”. Este apoio, no entanto, é frisado, estará condicionado á apresentação de “projetos industriais que incluam também medidas de proteção do meio ambiente”.

Nesses mesmos termos, o *FITIM Notícias*, 1999, publicação da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, nº. 2, página 4, reconhece que “nenhum país pode resolver seus problemas econômicos sozinho”. O artigo comenta que, “um notável orador, no 24º Congresso Mundial do FITIM (Munique 1977), faleceu recentemente em Nova Iorque aos 93 anos, seu nome era Wassily Leontief. Ele foi o ganhador do Prêmio Nobel de Economia e naquela oportunidade se dirigiu aos delegados sobre questões econômicas mundiais dos anos vindouros e muitas das coisas que disse são hoje em dia mais pertinentes do que poderiam se prever então”.

O articulista lembra que esta mesma relação entre o presente e o futuro já fora sublinhada por Henry Kissinger. Este assinalou em muitas oportunidades que “os líderes sindicais com quem se reuniu mostram mais apreço pela importância de não permitir que as preocupações de hoje obscureçam a visão dos problemas que forçosamente se apresentarão amanhã”.

O artigo reitera que “sobre o atual debate em torno da globalização, é surpreendente que inclusive nos anos 1970 Leontief dissera aos delegados do FITIM que nenhum país, por mais que seja autossuficiente e forte, poderá resolver seus problemas econômicos e sociais nacionais sem levar em conta os problemas econômicos e sociais que enfrentam outros países”. E, Leontief acrescenta, ainda, que “uma planificação económica internacional só se tornará de fato uma realidade se o movimento sindical internacional desempenhar uma função de vanguarda nela”.

Comenta-se que estas palavras ganham força na alvorada do segundo milênio, face às recorrentes crises que deixam em seu rastro milhares de vítimas. Nesse sentido, afiança o texto, talvez uma última citação ofereça algo para lembrar a

Leontief. Falando de ajuste estrutural ele disse que “segundo teorias conservadoras, o livre mercado possui em seu interior forças que sempre o ordenarão. Porém, ele assinala: “não devemos esquecer que os principais instrumentos de ajuste das forças de mercado são a quebra, a crise e a miséria para muitos. Sem dúvida, uma estratégia mais consistente de empreender ajustes seria, portanto, a planificação e a antecipação”. Não devemos, segundo ele, “pagar o custo de crise se for possível evitá-lo apoiando a planificação”. Para romper com a recorrente incidência dos ciclos de crises, Leontief defende, portanto, “implementar participação do governo na gestão da vida econômica e a inclusão dos sindicatos na adoção das decisões”, que em seu entender representariam medidas que “poderiam oferecer realmente grandes promessas”.

Considerações Finais

Estes são alguns exemplos, na imprensa sindical, no lapso temporal das três últimas décadas do século passado e início deste, do encadeamento das relações que foram estabelecidas entre o mundo do trabalho e o cenário internacional. Eles comprovam que o movimento sindical de qualquer orientação ideológica, com ambições políticas mais amplas ou circunscritas à luta cotidiana em defesa das demandas de uma determinada categoria socioprofissional, deve manter-se atento ao contexto global. Este debruçar-se sobre o que transcende o local, o regional e o nacional conflui no que se convencionou denominar relações internacionais, na quais, assim como no âmbito da política externa, os sindicatos podem assumir o papel de atores — muito embora na literatura sobre Relações Internacionais os Estados continuem sendo os principais atores destas e da Política Externa e as Relações Internacionais sejam conceituadas como a área por excelência que representa os interesses estatais no plano internacional, cujo objetivo último seria buscar as satisfações dos Estados a fim de que estes possam sobreviver. Os Estados, vale lembrar, não são sujeitos de uma ação, mas apenas predicados, ou seja, são resultantes do agir de seus membros organizados em associações classistas. Conseqüentemente, os Estados, sem dúvida, como atestam as fontes compulsadas da imprensa sindical, devem satisfazer os interesses dos trabalhadores, que representam a maioria de seus membros.

Nesses termos, o cenário internacional não é invocado na documentação apenas para confrontar a realidade interna e a externa com objetivo de repudiar distorções e corrigi-las ou enquanto dimensão oposta ao já conhecido, que gera o abalo em hábitos adquiridos, mas ele é percebido como campo de atuação, resultante da ação dos mais diversos atores sociais, entre os quais despontam os trabalhadores e suas organizações. Há, portanto, nos registros da imprensa sindical consultados no acervo da Oboré, com certa persistência, a conscientização de que o ambiente internacional, longe de ser uma realidade distante vedada a interferências do trabalhador comum, limitado ao espaço da linha de montagem, ao escritório ou à sala de aula, é uma das dimensões onde este está inserido e no qual pode desenvolver ações afirmativas. A percepção de que o trabalhador é um cidadão do mundo o estimula a reivindicar uma distribuição mais equânime do poder entre os Estados, a defesa do desenvolvimento sustentável, a participação em iniciativas contra a fome e

a pobreza, o apoio ao sistema de promoção social no interior da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a manutenção de tratados e convenções internacionais com avanços na equidade de gênero e a garantia de emprego (BIZZOZERO, L.; DE SIERRA, G.; TERRA, I., 2010, p. 110). Ademais, na leitura da documentação da imprensa sindical, o cenário internacional desponta claramente no discurso da preservação e alargamento dos direitos humanos, sociais, dos trabalhadores e daqueles de terceira geração relacionados à saúde e ao meio ambiente. Mesmo porque, o contexto externo assume importância crescente, no âmbito da globalização, dos fluxos comerciais e financeiros internacionais e nos processos de integração inter e intrarregional. Não é possível pensar, na atualidade, o local, o regional e o nacional sem levar em conta sua inserção internacional. E a partir daí os dois fatores compreensivos de uma série de fatores, tanto endógenos como exógenos: o sistema político (e o processo de tomada de decisões) e o Sistema Internacional. Os sindicatos, suas centrais e federações são atores não governamentais – unidades autônomas – que possuem a capacidade de mobilizar recursos e exercer influência sobre outros atores no Sistema Internacional. Este último entendido como: “[...] o conjunto de atores, cujas relações geram uma configuração de poder ou estrutura dentro da qual se produz uma rede complexa de interações e processos de acordo com determinadas regras” (BARBÉ, E., 1995, p. 115). A imprensa sindical repercute o reconhecimento da indivisibilidade de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, civis e culturais, incluindo os de titularidade coletiva, como os direitos de desenvolvimento, reafirmando o seu compromisso com a dilatação dos direitos de terceira geração vinculados a segurança e saúde no trabalho e a um meio ambiente sadio.

Notas

* Professor de Relações Internacionais da UNESP – Campus de Franca e da UNIFMU

Referências

- BARBÉ, E. *Relaciones Internacionales*. Madri: Tecnos, 2003.
- BIZZOZERO, L.; DE SIERRA, G.; TERRA, I. (Orgs.) *La inserción Internacional de Uruguay en Debate*. Montevideo: Ediciones De La Banda Oriental, 2010.
- BOLETIM CONSTRUÇÃO, ano VII, n. 112, fev. 1993.
- FITIM NOTÍCIAS, n. 2, 1999.
- INFORMATIVO SINDIÁGUA, n. 3/Especial, fev. 1998.
- JORNAL CONSTRUÇÃO, ano IX, n. 115, abril 1993.
- JORNAL DA CUT. Rio de Janeiro, set.-out. 1989.
- O CANDANGO. Limeira, SP, ano 1, n. 5, out. 1993.
- OLIVEIRA, H. ALTEMANI. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.
- ÓRGÃO DO SINDICATO dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Ribeirão Preto, ano III, n. 8, julho 1994.
- REVISTA DO MOVIMENTO SINDICAL MUNDIAL, n. 12, dez. 1989.
- REVISTA SEGURANÇA & TRABALHO, ano 6, n. 70, março 2002.
- SUPLEMENTO INFORMATIVO DA CUT, ano 1, n. 2, jan. 1984.